

O COTIDIANO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA MEM DE SÁ- ITAPORANGA D'AJUDA- LITORAL SUL DE SERGIPE

Miria Cássia Oliveira Aragão

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/
PRODEMA-UFS,
Pesquisadora do GEOPLAN-CNPq-UFS –
cassia_115@hotmail.com.

Rosemeri Melo e Souza

Profª Pos- Drª dos cursos de Graduação,
Pós-Graduação em Geografia (NPGeo)
e em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA/UFS
e líder do GEOPLAN/ CNPq.
rome@ufs.br.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo evidenciar a dinâmica socioambiental que compõem o cotidiano pesqueiro da comunidade Mem de Sá- Itaporanga D'Ajuda- Se, assim como, centra-se na análise das transformações contemporâneas do litoral sul de Sergipe na tentativa de desvendar os riscos que podem circundam a referida comunidade.

Segundo Diegues (2004), a pesca é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem em período anterior ao Neolítico. Ressalta-se que na Idade Média, do século VII a X, o peixe tornou-se parte integrante da alimentação popular. Ainda de acordo o supracitado autor, no Brasil, a pesca praticada pelos índios, é uma atividade anterior a chegada dos navegadores portugueses e peixes, crustáceos e moluscos eram parte integrante da dieta alimentar.

No Brasil a configuração do litoral contribui, significativamente, para o desenvolvimento da pesca, uma vez que devido sua extensão apresenta uma série de ecossistemas que variam entre: campus de dunas, ilhas, recifes de corais, costões rochosos, baías, estuários, brejos, falésias e baixios. Desse modo, a riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam grandes “berçários” naturais, tanto para as espécies características desse ambiente, quanto para outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo de vida (MELO E SOUZA, 2007).

Entretanto, destaca-se também que a extensa e estreita faixa da zona costeira brasileira traduz a intensa ocupação e uso dos recursos naturais, comprometendo a manutenção das paisagens naturais e a sobrevivência das comunidades tradicionais ou tradicionalmente estabelecidas. Fatores contribuintes para o agravamento deste cenário são o turismo e a especulação imobiliária, pois sem o devido planejamento, comprometem os ecossistemas naturais e a qualidade de vida das populações.

Diante desta problemática a criação de áreas protegidas, no Brasil, acentua as discussões sobre as dicotomias existentes entre a relação homem X natureza. A lei Federal nº 9.985/2000, reúne toda a base legal referente às áreas protegidas e estabelece critérios e normas para a criação das Unidades de Conservação.

A Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe, criada através do Decreto nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993, define a estrutura de ocupação da área compreendida entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior, abrange os municípios de Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhý e Indiaroba.

Nesse contexto, a comunidade Mem de Sá localiza-se nas dimensões da APA Litoral Sul de Sergipe e a relevância da análise do cotidiano de seus pescadores artesanais insere-se na tentativa de pensar o desenvolvimento não simplesmente como categoria econômica, mas como um processo integrado aos elementos e condicionantes socioculturais imbuídos no processo de edificação da sustentabilidade socioambiental.

Metodologia

A comunidade Mem de Sá situa-se em uma ilha fluvial no estuário do rio Vaza-barris, (11°29’26”S e 06°46”W), localizada a 23 Km da sede do município de Itaporanga D’ Ajuda, e 53 Km de Aracaju, capital do estado de Sergipe. A ilha teve sua povoação originada por três famílias que estabeleceram ao longo do tempo uma íntima relação com o meio ambiente circundante, a saber, os ecossistemas de restinga e mangue, fazendo da pesca a principal atividade econômica, além dos destaques ao cultivo da mandioca e do aproveitamento do coco. (EMBRAPA, 2007).

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado defendida pela autora e especificamente para discussão apresentada utilizou: 1) acompanhamento de pescarias e reuniões de devolução; 2) *Diagnostico da pesca artesanal na comunidade Mem de Sá-*

Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá e 3) aplicação de roteiro de entrevista a informantes pescadores experientes e nativos.

Resultados e Discussão

O pescador artesanal para o sucesso do seu trabalho reconhece as condições ecológicas propícias, assim como, ao longo do tempo herdou e aprendeu saberes capazes de definir e fabricar os apetrechos¹ adequados para o desenvolvimento do seu ofício.

Na Ilha Mem de Sá o início da povoação não é precisa, pois, muito da história oral se perdeu ao longo do tempo. Contudo, é enfatizado com muito segurança pelos nativos que a pesca sempre foi elemento destacado como fundamento da organização da comunitária. Os pescadores artesanais mais experientes falam que pescam desde que se entendem como gente, ou seja, aprenderam com os pais, com os tios, com os parentes mais próximos, e mais tarde com os companheiros de pesca, com os compadres, com os seus afins.

Deste modo, o cotidiano de pesca está envolto em relações sociais culturalmente esculpidas no ambiente vivenciado. Na comunidade em referência o espaço aquático apropriado na atividade pesqueira é permeado pelo acesso a espaços e recursos de uso comum², ainda que existam alguns segredos guardados pelos mais experientes pescadores, o espaço e o uso do território é compartilhado por toda a comunidade.

Os pescadores artesanais locais revelam o sentido de suas vivências, pois, as relações de pertencimento a um território perpetuam, reforçam e criam laços cuidadosos para com o ambiente e de partilha para com os seus semelhantes. Tal como descreve Boff (1999), cuidar é mais do que um ato, é uma atitude, portanto, abrange mais do que

¹ Os termos apetrechos e artes de pesca estão sendo utilizados com o significado de instrumentos de trabalho na pesca artesanal.

² Sistemas de acesso a espaços e recursos de uso comum perduram por um largo período de tempo em comunidades não-urbanas, caracterizando-se pela utilização comum de determinados recursos, como os peixes, plantas medicinais da mata, produtos do extrativismo vegetal (cipós, material de construção) e áreas de cultivo itinerante. (DIEGUES, 2001)

um momento de atenção, de zelo e de desvelo, representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.

O outro na ilha Mem de Sá também envolve o ambiente, elemento indissociável do fazer-se pescador artesanal. Pois, é peculiar a utilização do território de pesca, em que se acentuam relações sociais pautadas na afinidade, parentesco e compadrio amplamente recorrentes no seio da comunidade e que se expandem a um território comum de pesca.

As demarcações e uso dos pontos de pesca³ realizados pelos nativos refletem a sabedoria ecológica, ambiental e social permeados pelo acesso coletivo aos recursos naturais. Os pontos de pesca são reconhecidos em particularidades invisíveis a estranhos, ou seja, a leitura do ambiente de pesca somente é decifrada por aqueles que compartilham um pertencimento comum, também reconhecido como uma forma de apropriação do ambiente, relações de poder no território.

De acordo com Diegues (2001), em várias regiões litorâneas, existe a noção de espaços de uso comum, apropriados pelos pescadores locais através de engenhosos sistemas, e ainda que muitos desses “comunitários” tenham se desestruturado frente a expansão capitalista, existe exemplos recentes que mostram a capacidade não só de reagir, mas também em reorganizar-se, recriando modos de vida e territórios de uso comum.

Na ilha Mem de Sá destaca-se os pesqueiros da arte de pesca⁴ camboa⁵, não por ser a mais utilizada na comunidade, mas por contemplar grande parte dos pontos das demais, a exemplo da rede de emalhar⁶. Bem como, na análise dos mesmos foram destacadas implicações socioambientais que mantêm grande relevância na organização do espaço, seja social, físico ou simbólico, pois a territorialidade manifestada tanto na exposição dos saberes locais quanto nas designações dos lugares “possuídos” revelam singularidades. Assim, a utilização das artes de pesca em determinados pontos revelam

³ Também chamados de pesqueiros. De acordo com Begossi (2004), os pesqueiros são pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito, sendo então um território em seu sentido ecológico.

⁴ A expressão arte de pesca está sendo utilizada como sinônimo de apetrecho ou petrecho, pois é como os pescadores artesanais denominam seus instrumentos de trabalho.

⁵ A camboa pode ser pensada como uma das formas pelas quais certas áreas do mangue são temporariamente possuídas pelos pescadores, que detêm os recursos pesqueiros que ficam presos em seu interior, trata-se de uma armadilha móvel em forma de cercado visando o aprisionamento do pescado (COSTA NETO, 2001).

⁶ Nesta categoria estão incluídos os tipos de redes que ficam verticalmente na coluna d'água, onde o peixe é emalhado, podendo ser de deriva, opera ao sabor das correntes, ou fixa pôr meio de fâteixas.

demarcações espaciais, mas que permite a utilização do território de pesca para toda a comunidade de pescadores.

Na denominação dos pontos de pesca é emanada uma territorialidade pautada da unicidade entre homem e pesca, evidenciado nos saberes etnoecológicos. Identificam-se nos pontos de pesca tipos de mangues, cardumes de peixes, árvores frutíferas, espécies de animais, rios, riachos, acontecimentos do cotidiano, dentre outros pontos em que os pescadores provavelmente garantirão uma boa pescaria.

Em particular os pontos do Grel e da Laurinda, assim como, a designação de nomes próprios fazem referência “a beirada” e delimitam relações simbólicas com o lugar de pesca entre o rio e terra, conectando relações de pertencimento a um lugar de alguém na terra que identifica um lugar de todos no rio.

Os pontos de pesca traduzem o que o ambiente tem de generoso a retribuir pelo tecer das relações sociais culturalmente construídas e estabelecidas pelos pescadores artesanais, verdadeiros rios de reciprocidades. Ramalho (2006) enfatiza que, o sentimento de pertença também se traduz, entre outros fatores, na capacidade que o pescador tem de descobrir as melhores rotas de navegação, os caminhos mais promissores para se tirar o que as águas têm de bom para oferecer.

Consideram-se, neste sentido, que as relações sociais intimamente relacionadas ao ambiente e imbuídas no conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, podem ser elementos contribuintes para a proposta da sustentabilidade socioambiental local. Contudo, a dinâmica socioambiental do cotidiano da ilha Mem de Sá não deve ser apenas analisado por sua lógica interna, uma vez que existem fatores extra-comunidade que tem, ou poderão ter, implicações na feitura da realidade vivenciada.

O Litoral Sul de Sergipe é compreendido por cinco municípios, a saber, São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba e apresenta uma área de 2.496,4 km de extensão litorânea. Ao situar-se no litoral sul de Sergipe, a comunidade também insere-se na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe – APA, Litoral Sul – criada através do Decreto n.º 13.468 de 22 de janeiro de 1993, com uma estrutura de ocupação abrangendo a área entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior.

Unidade de Conservação é um tipo de área protegida, definida como espaço territorial com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder

público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

Ainda conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000), há duas categorias de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral, que permite o uso indireto dos recursos naturais e as de Uso Sustentável, que permitem o uso direto dos recursos naturais de forma sustentável, a exemplo da APA Litoral Sul.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH destaca que, apesar de ser o menor Estado em extensão territorial do Brasil, Sergipe, apresenta peculiaridades ecossistêmicas que merecem ênfase, quais sejam, a Mata Atlântica e a Caatinga, porém, no caso da Mata Atlântica, está foi intensamente explorada desde a colonização do país, e reduzida no estado a 0,1% e no caso da Caatinga, também intensamente explorada, teve a substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens.

Entretanto, em Sergipe só existem quinze Unidades de Conservação da natureza: três particulares, três federais, duas municipais e sete estaduais, mas duas das unidades estaduais estão em fase de recategorização. A APA do Litoral Sul do Estado de Sergipe está sob a gestão do Governo do Estado de Sergipe administrada pela SEMARH. As APAs têm como objetivo proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, e se caracterizam como grandes áreas, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos estéticos ou culturais, com especial importância para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (SNUC, 2000).

As Áreas de Proteção Ambiental por envolverem uma grande quantidade de municípios e permitirem uma série de atividades, tornam complexa sua gestão, o que prescinde a construção e implantação de instrumentos de planejamento, como planos de manejo, zoneamentos, além da implantação de conselhos gestores, que garantam a efetiva participação dos comunitários.

Melo e Souza (2007), ao analisar as redes de conflitos na organização sociocultural dos pescadores artesanais na APA federal de Piaçabuçu, litoral sul alagoano, destaca que o conflito com a população local se acentuará mediante a implantação de uma infra-estrutura de hotelaria e serviços completamente desairragadora das relações e do senso de pertencimento da parte dos tradicionais, a

qual se concretiza do modo previsto, afetará o grau de fragilidade econômica dos halieutas⁷.

Sendo assim, se não forem elaboradas estratégias de participação e inserção dos comunitários nos planos de desenvolvimento no litoral sul sergipano o conflito também poderá ser estabelecido, sobretudo, após o amplo incentivo da rota turística impulsionado pela inauguração da ponte Joel Silveira Carvalho, obra que recebeu um grande investimento reduzindo em 70 km a distância entre Aracaju e Salvador.

Uma vez que, a realidade vivenciada na APA do litoral Sul de Sergipe contrasta com a projeção turística esperada, pois e mesma é composta por ambientes frágeis e vulneráveis à ação antrópica, já é bastante utilizada por veranistas e turistas, atraídos pela beleza cênica das paisagens naturais, e embora conte com uma série de instrumentos de planejamento, como o zoneamento ecológico econômico, plano de manejo e plano de gestão da orla marítima, a área encontra-se em processo constante de degradação em decorrência de ações humanas (OLIVEIRA et.al, 2008).

E as comunidades envoltas neste cenário já sentem e percebem a nova configuração do ambiente circundante, pois tem implicações diretas nas atividades produtivas tradicionais ou tradicionalmente estabelecidas. A criação da nova orla fluvial do bairro Mosqueiro, município de Aracaju, inaugurada em 12 de novembro de 2010, é indubitavelmente uma obra que (re) significa o espaço de trabalho dos pescadores locais.

As canoas ancoradas a beira da orla fluvial denunciam que a atividade pesqueira é relevante no bairro Mosqueiro, situado as margem do rio Vaza-Barris limítrofe com o município de Itaporanga D'Ajuda. De acordo com Leite (2007), devido às intervenções sofridas ao longo dos anos o bairro destacado vem enfrentando um processo de desterritorialização de sua comunidade, fato revigorado gradativamente, há cerca de 20 anos, impulsionado com a presença de veranistas e que tem se intensificado a partir de meados de 1990 com a crescente construção de habitação impulsionada pela incorporação dessa área em Zona de Expansão da Capital sergipana.

Desta forma, com as constantes modificações do território habitado criou-se uma heterogeneidade, na forma de ocupação do lugar, tendo implicações diretas em relação às atividades pesqueiras, que pouco a pouco perdem espaços para os sub-empregos derivados dos novos grupos sociais. Encontra-se entre filhos de pescadores,

⁷ De acordo com Melo e Souza (2007), o termo haliêutico vem de halieu, do grego, pesca.

novo destino que cortam seus laços com o seu território, com a sua cultura, quebrando um ciclo que há mais de um século resistia no lugar (LEITE, 2007).

Desta maneira, a comunidade da ilha Mem de Sá também pode ser atingida pelo impacto da (re) configuração do litoral sul Sergipe, pois apesar da referida conciliar o modo de vida em sólidas relações afetivas e com os laços de pertencimento ao território habitado, existem condições exteriores modeladoras de novos territórios que interferem, ou poderão interferir, na lógica de sobrevivência construída socialmente ao longo dos anos.

Conclusões

A pesca artesanal na ilha Mem de Sá é calcada no conhecimento tradicional emanado das relações sociais imbuídas na maneira de utilização do ambiente circundante. Os pontos de pesca evidenciados revelam algumas das reciprocidades envolvidas da relação ambiente e cultura aparentes no tecer do cotidiano local.

Não obstante, enquanto o Litoral Sul de Sergipe revigora-se como o produto turístico contemporâneo, os pescadores da ilha Mem de Sá necessitam de um plano eficaz no sentido da melhoria das estratégias de manejo que incluam novas rotas de comercialização e da organização do associativismo como condicionantes imprescindíveis para o alavancamento do desenvolvimento local e preservação do modo de vida construído.

Portanto, apesar da comunidade Mem de Sá está inserida nas dimensões da APA do Litoral Sul do Estado de Sergipe esse contexto pouco tem interferido na melhoria da qualidade de vida local e da preservação dos ecossistemas. No entanto, os comunitários devem está atentos a construção e implantação dos instrumentos de planejamento, além de garantirem a participação nos conselhos gestores, visando salvaguardar a efetiva participação comunitária no tocante as políticas ambientais que compreendem o Litoral Sul de Sergipe.

Referências Bibliográficas

BEGOSSI, Alpina. **Ecologia humana**: ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec: NEPAM/UNICAMP: NAPAUB/ USP, 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano-compaixão pela terra. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

COSTA NETO, Eraldo Medeiros. **A cultura pesqueira do litoral norte da Bahia**: etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade. Salvador: EDUFBA; Maceió: EDUFAL, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. NAPAUB-USP, 2004.

_____. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá - Itaporanga D’Ajuda/Se**. Embrapa Tabuleiros Costeiros. Aracaju, 2007.

LEITE, Mirsa Mara Barreto Xavier. **Entre o rio e o mar**: educação ambiental para o fortalecimento da comunidade pesqueira do Mosqueiro – Aracaju/SE. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão, 2007.

MELO & SOUZA, Rosemeri. **Redes de Monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

OLIVEIRA, Ivana Silva Sobral et.al. **Indicadores de sustentabilidade**: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. Caderno Virtual de Turismo, 2008.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, SP: CERES, 2006.

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: lei n 9.985, de 18 de julho de 2000.